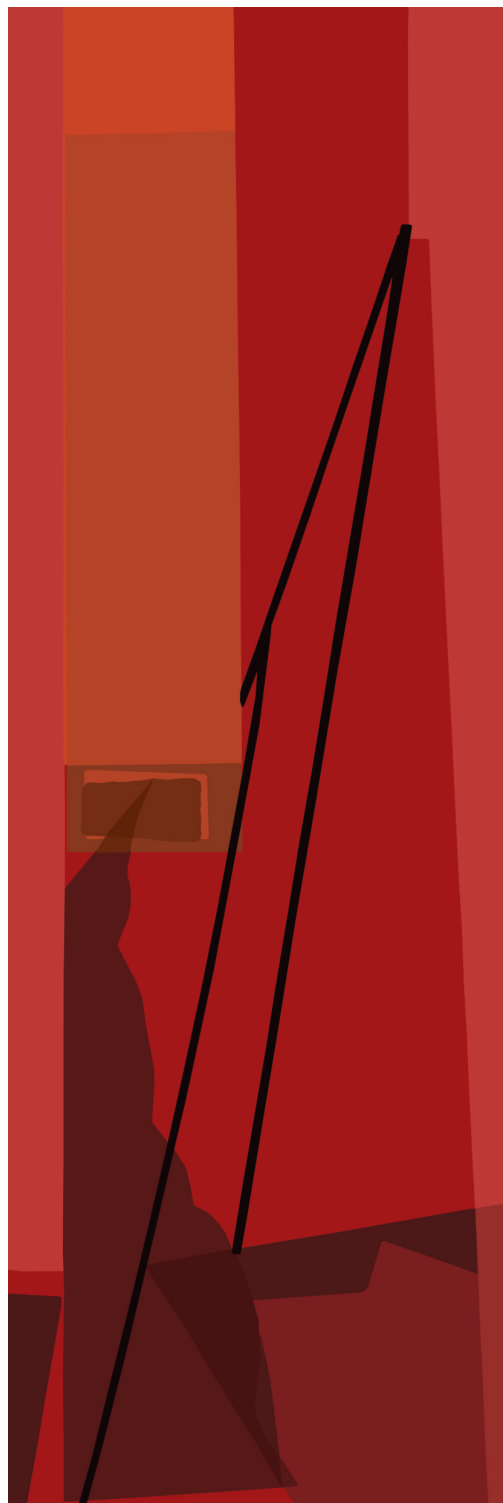


DIREITO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO

Virgílio Afonso da Silva



DIREITO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor
Vice-reitor

Vahan Agopyan
Antonio Carlos Hernandez

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

Pró-reitor

Edmund Chada Baracat



EDITORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Diretor-presidente

Carlos Roberto Ferreira Brandão

COMISSÃO EDITORIAL

Presidente
Vice-presidente

Rubens Ricupero
Valeria De Marco
Carlos Alberto Ferreira Martins
Clodoaldo Grotta Ragazzo
Maria Angela Faggin Pereira Leite
Ricardo Pinto da Rocha
Tânia Tomé Martins de Castro
Marta Maria Geraldtes Teixeira
Primavera Borelli Garcia
Sandra Reimão

Suplentes

Editora-assistente
Chefe Div. Editorial

Carla Fernanda Fontana
Cristiane Silvestrin

DIREITO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO

Virgílio Afonso da Silva

Copyright © 2021 by Virgílio Afonso da Silva

Apoio da Pró-reitoria de Graduação da Universidade de São Paulo
Programa de Incentivo à Produção de Livros Didáticos para o Ensino de Graduação

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Silva, Virgílio Afonso da

Direito Constitucional Brasileiro / Virgílio Afonso da Silva. – 1.
ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2021. –
(Acadêmica; 107)

Bibliografia.

ISBN 978-65-5785-005-3

1. Direito constitucional 2. Direito constitucional – Brasil I. Tí-
tulo II. Série.

20-46616

CDD-342 (81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil: Direito constitucional 342 (81)

Maria Alice Ferreira – Bibliotecária – CRB-8/7964

Direitos reservados à

Edusp – Editora da Universidade de São Paulo
Rua da Praça do Relógio, 109-A, Cidade Universitária
05508-050 – São Paulo – SP – Brasil
Divisão Comercial: tel. (11) 3091-4008 / 3091-4150
www.edusp.com.br – e-mail: edusp@usp.br

Printed in Brazil 2021

Foi feito o depósito legal

*A meu pai,
José Afonso da Silva,
mais importante intérprete da Constituição de 1988,
por ocasião de seu 95º aniversário*

SUMÁRIO*

Lista de Tabelas e Figuras.....	11
Lista de Siglas e Abreviaturas	13
Agradecimentos	17
Apresentação.....	21
Introdução.....	25

PARTE I – CONSTITUIÇÃO

1. O Que é e para que Serve uma Constituição	31
2. A Criação da Constituição: Poder Constituinte	45
3. Normas Constitucionais, Interpretação e Eficácia.....	53
4. As Constituições Brasileiras	65
5. A Constituição de 1988	77

PARTE II – DIREITOS

6. Direitos Fundamentais	99
7. Igualdade.....	131
8. Vida.....	153
9. Liberdades.....	165

* Um sumário detalhado, com todas as subdivisões dos capítulos, encontra-se no fim deste livro.

10. Privacidade	203
11. Propriedade.....	219
12. Segurança	233
13. Acesso à Justiça e Devido Processo Legal.....	247
14. Direitos Sociais.....	259
15. Nacionalidade e Idioma.....	285
16. Direitos Políticos.....	295
17. Internacionalização dos Direitos Fundamentais	313
18. Remédios Constitucionais	323
19. Meio Ambiente	333
20. Povos Indígenas e Quilombolas	341

PARTE III – PODERES

21. Federalismo	353
22. Democracia, Eleições e Partidos Políticos	393
23. Poder Legislativo.....	425
24. Poder Executivo.....	447
25. Sistema de Governo: O Presidencialismo Brasileiro	475
26. Poder Judiciário.....	487
27. Funções Essenciais à Justiça.....	513
28. Processo Legislativo	521
29. Reforma Constitucional	543
30. Controle de Constitucionalidade	565
31. Poderes Emergenciais	617

PARTE IV – DESAFIOS

32. Desafios.....	629
Artigos Constitucionais Citados.....	637
Decisões Judiciais Citadas	649
Legislação Citada.....	655
Índice Remissivo	667
Sumário Detalhado.....	693
Sobre o Autor	707

APRESENTAÇÃO

Há uma crença, muito difundida no âmbito jurídico, segundo a qual há duas espécies distintas de manuais acadêmicos, cujas características são descritas em termos muito similares àqueles usados na já antiga e desgastada contraposição entre teoria e prática. Segundo essa crença, portanto, haveria os manuais de natureza teórica, que podem ser úteis para suscitar alguma reflexão sobre determinado ramo do direito, mas seriam incapazes de auxiliar estudantes em seus estudos para exames específicos, seja na universidade, seja em concursos públicos. Em oposição a estes, haveria os manuais práticos, que teriam como objetivo fornecer, da forma mais abrangente possível, as informações supostamente necessárias para aumentar as chances de êxito de estudantes em exames e concursos, mesmo que, para fomentar esse objetivo, a reflexão sobre aquilo que se estuda seja deixada em segundo plano ou mesmo desencorajada.

Essa crença é equivocada. Dentre outras razões, porque parte da premissa de que os objetivos *fomentar reflexão* e *preparar estudantes para um exame* são incompatíveis e somente podem ser atingidos por meio de obras distintas. Estou convencido de que é possível e necessário – e talvez este seja o maior desafio deste livro – escrever um texto que possua vários níveis. Dar conta desse desafio implica produzir um texto que, ao mesmo tempo, seja capaz de iniciar estudantes de graduação nas ideias e conceitos básicos do direito constitucional, auxiliar profissionais do direito na resolução de problemas concretos, preparar candidatas e candidatos a concursos públicos, suscitar a reflexão crítica de estudantes de pós-graduação e de pesquisadores e professores, entre outros. Conseguir realizar esses objetivos com um único

texto sempre foi a ideia guia durante a redação deste livro. De forma radical, meu intuito sempre foi que uma mesma linha de texto pudesse ser compreendida de forma semelhante por todos, mas também cumprisse objetivos diferentes para cada público em face de suas diferentes necessidades.

Caso eu tenha tido êxito nesse propósito, isso poderá ajudar a mitigar a ideia segundo a qual a melhor forma de se preparar para uma prova específica – o modelo atual de concursos públicos é o exemplo mais visível – seria por meio da absorção resumida e acrítica de uma quantidade avassaladora de informações para uso imediato. Este livro parte do pressuposto de que quem é estimulado a *refletir* sobre o direito constitucional passa a ser capaz de lidar com mais facilidade e desenvoltura com situações novas, com as quais ainda não havia sido confrontado anteriormente e sobre as quais, portanto, ainda não havia recebido nenhuma *informação*. Quem, ao contrário, nunca reflete, apenas absorve, tem em geral muita dificuldade para lidar com situações novas e nunca será capaz de refletir sobre as informações que recebeu; nem mesmo conseguirá reproduzir as informações que recebera anteriormente, já que boa parte delas nunca será de fato absorvida.

Em outras palavras, livros que se propõem a fornecer respostas a toda e qualquer questão constitucional possível e imaginável podem ser qualquer coisa, menos didáticos, porque não são capazes de diferenciar o relevante do secundário. Esses livros baseiam-se na premissa de que tudo o que pode ser perguntado em uma prova, não importa o quão irrelevante seja para o estudo do direito constitucional e para a compreensão do sistema constitucional brasileiro, deve ser tratado, em detalhes, em suas páginas. Como consequência, tendem a desperdiçar a capacidade de aprendizado de leitoras e leitores, que são levados a supor que é necessário memorizar classificações irrelevantes, ideias (muitas vezes chamadas de “teorias”) obscuras, expressões usadas por algum ministro ou ministra em algum voto perdido na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, entre inúmeras outras coisas. Se é certo que concursos públicos têm, com frequência crescente, recorrido a perguntas disparatadas justamente sobre essas classificações irrelevantes, pseudoteorias ou expressões peculiares, também é certo que o conforto de encontrar as respostas a elas nas páginas de algum livro é apenas aparente, pelas razões já expostas acima: porque as chances de memorizar essas informações sem importância diminuem na medida em que aumenta a sua quantidade, e porque a atenção, a energia e o tempo desperdiçados com essas informações são desviados do objetivo principal do estudo, que deveria ser a compreensão do direito constitucional.

Embora este livro pretenda se opor a essa tendência, ele também pretende evitar a alternativa oposta, na minha opinião igualmente equivocada, que seria fazer uma obra teórica e metodologicamente hermética. Os riscos dessa suposta alternativa são vários. O principal deles é resultar em uma obra que acaba passando ao largo de todos os seus objetivos, ou seja, uma obra que, devido a uma exagerada busca por uma suposta densidade teórica, não consegue ser a porta de entrada para o estudo do direito constitucional, nem auxiliar na preparação para um exame, e tampouco

funcionar como obra de aprofundamento vertical nos diversos temas do direito constitucional, já que essa é uma tarefa que só pode ser desenvolvida por trabalhos específicos (artigos e monografias) sobre cada um desses inúmeros temas.

Um livro didático não pode ter como objetivo suprir eventuais lacunas deixadas por monografias superficiais ou pela inexistência de obras específicas sobre determinados temas. Como obra de referência, essa não é a sua função. Como já foi ressaltado, a ideia guia deste livro é o equilíbrio entre vários níveis, não a opção por um deles.

Essa reflexão é também relevante para compreender o adequado papel das referências bibliográficas em um livro didático. Na área jurídica, é comum que os manuais didáticos tratem as referências bibliográficas da mesma forma que o fazem as monografias sobre assuntos específicos. Na minha visão, esse é um equívoco. Uma obra monográfica pretende, em linhas gerais, tanto expor o estado da arte sobre determinado tema, quanto fazer avançar, em variadas medidas, o conhecimento científico. Ao fazê-lo, essas obras tendem a refletir um determinado momento de um debate. Mesmo obras que aspiram a construir novas teorias, embora tenham um olhar para o futuro e pretendam, entre outras coisas, pautar um debate ainda por vir, também estão presas a um determinado contexto. E tudo isso repercute nas referências bibliográficas. Sua função é, de um lado, fundamentar determinadas ideias e, de outro, indicar os interlocutores da autora ou do autor da obra. Não por outra razão, obras monográficas, mesmo que reeditadas durante décadas, costumam manter sua bibliografia intacta, pois sua função não é ser obra de referência no sentido bibliográfico do termo. O debate futuro sobre uma monografia, com ou sem a participação de seu autor ou autora, costuma ocorrer em outros espaços, como revistas, obras coletivas, congressos, entre outros.

Um livro didático não deve seguir esse modelo. Uma enxurrada de referências bibliográficas da época de sua redação inicial não cumpre função relevante. E, como obra de referência constantemente atualizada, apenas passaria a impressão de que algo ficou no passado. Tampouco faz sentido simplesmente acrescentar, aqui e ali, em uma ou outra nota de rodapé, uma nova referência. Passado algum tempo, o efeito colcha de retalhos é inevitável: algumas referências indicam os interlocutores da época da redação do trabalho e outras, apenas uma indicação de que algo novo, talvez importante, foi publicado.

Neste livro, ao final de cada capítulo há uma seção dedicada a sugestões bibliográficas. Não se trata de obras pesquisadas durante a elaboração deste livro, mas, como o próprio nome indica, de sugestões para quem quiser se aprofundar em cada um dos temas. Na medida do possível, tentei balancear as sugestões com obras clássicas e contemporâneas; jurídicas e não jurídicas; monografias e artigos; obras com cujas ideias concordo, mas também aquelas de cujas teses discordo; em geral sobre o Brasil, mas também obras com enfoque comparado; quase sempre em português, mas eventualmente em inglês ou espanhol.

Já o tratamento da legislação e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal baseia-se em premissas distintas daquelas mencionadas acima acerca da produção bibliográfica. Este livro ocupa-se de forma intensa tanto com a legislação quanto com a jurisprudência do STF (o índice de leis e de casos citados, ao final do livro, pode dar uma ideia disso). Mas a função que desempenham a legislação e a jurisprudência é distinta daquela que poderia ter a literatura. Como ficará claro no capítulo introdutório do livro, o direito constitucional é uma disciplina aplicada. Duas formas importantes por meio das quais essa aplicação ocorre são justamente a legislação e a jurisprudência. Ignorá-las com o intuito de produzir um livro supostamente atemporal seria um grande equívoco. No entanto, para que o livro não fique datado, o diálogo com a legislação e com a jurisprudência deve ser constantemente atualizado. Essa necessária atualização, contudo, é distinta daquela que exigiria um diálogo incessante com a literatura.

Como obra que pretende sistematizar toda uma área do conhecimento, o objeto deste livro necessariamente coincide em vários momentos com o de numerosos trabalhos que já publiquei no passado. Muitas ideias e, em alguns casos, partes desses trabalhos poderão ser identificadas aqui, sempre reescritas para adequá-las ao caráter didático deste livro. Não haveria como ou por que ser diferente. Mais importante, este livro foi escrito logo após a redação de outro livro geral sobre o direito constitucional brasileiro, publicado em inglês (Virgílio Afonso da Silva, *The Constitution of Brazil: A Contextual Analysis*, Oxford, Hart, 2019). Nesse caso, o escopo temático é ainda mais coincidente e o tempo de escrita ainda mais próximo. Algumas partes deste livro seguem de perto o que foi publicado em inglês. Não se trata, contudo, de uma tradução. Em primeiro lugar, porque os livros, embora tematicamente similares, têm objetivos distintos: este é um livro didático; aquele, não. Em segundo lugar, porque a amplitude e o grau de detalhes são distintos: levando em consideração apenas a quantidade de texto, este livro é quase três vezes maior do que o livro publicado em inglês. Por fim, mesmo nas partes mais semelhantes, quando não foi possível se afastar do texto em inglês, este foi em geral reescrito em português, não simplesmente traduzido.

Embora sejam cada vez mais raros em obras jurídicas, ao final deste livro há diversos índices, que têm como objetivo facilitar a consulta e o acesso à informação. Além de um índice remissivo propriamente dito, organizado por palavras-chave, há também índices de artigos constitucionais (da Constituição de 1988 e das constituições brasileiras passadas), de decisões judiciais (sobretudo do Supremo Tribunal Federal, mas também algumas de outros tribunais, nacionais e internacionais) e de legislação (incluindo emendas constitucionais, leis ordinárias, complementares, entre outras).

INTRODUÇÃO

Este é um livro sobre *direito constitucional brasileiro*. Não é, portanto, uma obra de *teoria* constitucional, nem de *história* constitucional, tampouco de direito constitucional *geral* ou *comparado*. Deixar claros os contornos do objeto de estudo é fundamental. Como livro sobre o direito constitucional brasileiro, seu objeto principal é uma constituição específica, a Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988 e até hoje vigente.

Dois fatores são imprescindíveis para se compreenderem as razões dessa limitação de objeto. Em primeiro lugar, o direito tem pontos de partida inquestionáveis. Em segundo lugar, o direito é uma disciplina aplicada. A análise do amplíssimo leque de temas com os quais este livro se ocupa terá sempre essas duas constatações como pano de fundo. O *ponto de partida* é o texto constitucional vigente, promulgado em 1988 e, até o momento, alterado por mais de cem emendas constitucionais e seis emendas de revisão, e complementado por dois tratados internacionais que, por força do art. 5º, § 3º, são equivalentes a emendas constitucionais. Ensinar direito constitucional é levar esse texto a sério em sua inteireza, não apenas as partes que nos agradam. O caráter *aplicado* do direito tem significados diversos em contextos diversos, mas, de forma geral, é possível resumi-lo da seguinte maneira: o direito é aplicado para resolver problemas. O significado de “resolver problemas” pode variar e envolver indagações tão diversas quanto: Quem tem razão em uma controvérsia concreta envolvendo a aplicação da Constituição? Como criar instituições e procedimentos para realizar os valores e objetivos constitucionais? Qual é a melhor interpretação de um determinado artigo da Constituição? Como saber se uma lei

é compatível com a Constituição? Quem tem poderes para tomar quais decisões constitucionais? Como harmonizar a realização de direitos potencialmente conflitantes? Como evitar arbítrio? Como garantir o respeito à Constituição? Como enfrentar novos desafios com base em um texto escrito há décadas? Essas e várias outras questões serão enfrentadas neste livro.

Contudo, afirmar que este não é um livro de teoria constitucional, de história constitucional ou de direito constitucional geral ou comparado não implica ignorar os aportes dessas disciplinas. Porque, além das indagações mencionadas no parágrafo anterior, há várias outras que são pressupostas pelo estudo do direito constitucional brasileiro, ainda que não façam necessariamente parte de seu objeto: Para que serve uma constituição? Por que temos a constituição que temos? Quais são as alternativas aos arranjos constitucionais definidos em 1988? E tantas outras. Essas questões também serão enfrentadas aqui. Por isso, em vários capítulos há tópicos dedicados tanto a um breve panorama histórico daquilo que será analisado, como também, no caso de arranjos institucionais (como federalismo, sistema de governo, controle de constitucionalidade), a uma breve apresentação de arranjos alternativos, isto é, de modelos diferentes daqueles previstos pela Constituição de 1988. Para entendermos o que temos, com frequência é necessário discutir por que o temos e também conhecer aquilo que não temos.

Assim, embora capítulos inteiros possam ser dedicados a algumas das perguntas mencionadas acima – como o capítulo que se ocupa com o próprio conceito de constituição, ou aquele que apresenta as constituições brasileiras anteriores à de 1988 – na maioria dos casos os enfoques teórico, histórico e comparativo permeiam o livro de forma menos explícita.

Livros didáticos de direito constitucional são organizados das mais diversas maneiras. É possível, por exemplo, seguir a estrutura geral da própria Constituição de 1988, o que implicaria ter capítulos sobre princípios fundamentais, direitos fundamentais, organização do Estado, organização dos poderes, defesa das instituições, tributação e orçamento, ordem econômica e financeira e ordem social. Essa estrutura não será seguida aqui, porque ela muitas vezes dificulta a percepção de como esses diversos temas se relacionam entre si.

A estrutura deste livro é muito mais simples. Ele é dividido em quatro partes principais: Constituição – Direitos – Poderes – Desafios.

A primeira ocupa-se com o objeto *constituição* como um todo, a partir dos enfoques teórico, histórico, analítico e conceitual. Em termos mais concretos, nessa primeira parte serão discutidos o próprio conceito de constituição e sua função, as formas como constituições são elaboradas, como foram feitas (e desfeitas) as constituições brasileiras até 1988, como foi o processo de elaboração da Constituição de 1988 e quais são as suas características principais, que serão analisadas em detalhes nas duas partes seguintes do livro (*direitos e poderes*), a partir da ideia de que, embora constituições possam desempenhar inúmeras funções, é certo que duas delas têm maior destaque: garantir direitos e organizar o poder.

Assim, a segunda parte é inteiramente composta por capítulos dedicados à análise dos *direitos* que a Constituição de 1988 pretende garantir. Embora em grande medida esses direitos sejam aqueles previstos no segundo título da Constituição (“Dos Direitos e Garantias Fundamentais”), os capítulos não seguem necessariamente a estrutura constitucional. Alguns direitos que não são previstos no título II da Constituição serão ainda assim tratados na segunda parte deste livro.

À análise do exercício e do controle dos *poderes* constitucionais é dedicada a terceira parte do livro, que se ocupa com as formas de acesso ao poder, seu exercício em razão da estrutura federal brasileira, a organização dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, entre outros. Mas essa terceira parte também não pretende se prender às divisões internas da Constituição de 1988. Como mencionado acima, uma função importante deste livro é tornar claras conexões que muitas vezes não são visíveis a partir de uma leitura fragmentada da Constituição. Alguns exemplos podem deixar isso claro. É comum que o processo de elaboração das leis (processo legislativo) seja estudado em capítulo dedicado ao Poder Legislativo (assim o faz a própria Constituição), ou que o sistema de governo presidencialista seja apresentado quando se estuda o Poder Executivo, cujo chefe é o presidente da República, ou que o controle de constitucionalidade das leis seja analisado em capítulo dedicado ao Poder Judiciário. Essa divisão, no entanto, esconde a participação central do presidente no processo legislativo, bem como o fato de que um sistema de governo se define a partir da relação entre dois poderes (Executivo e Legislativo) ou que o controle de constitucionalidade das leis é exercido em vários momentos por várias autoridades distintas, pertencentes aos três poderes, mesmo que a sua parte mais visível seja aquela que ocorre no âmbito do Poder Judiciário. Explicitar essas conexões, e não as tornar invisíveis, é tarefa da terceira parte deste livro, a qual, embora tenha capítulos dedicados aos três poderes, contém também outros organizados em razão de temas e tarefas que envolvem mais de um poder.

Por fim, o livro se encerra com uma conclusão. Seu objetivo, contudo, não é fechar portas. Ao contrário, a quarta parte, denominada *desafios*, pretende deixar claro que os limites e possibilidades de uma constituição são constantemente colocados à prova. Problemas seculares continuam a desafiar a capacidade da Constituição, e de seus intérpretes, de produzir transformações na realidade, e novos problemas podem colocar em xeque até mesmo algumas das funções mais básicas do constitucionalismo.

Ao estruturar o livro dessa forma, em quatro partes, é possível que se tenha a impressão de que muita coisa ficou de fora. Afinal, uma característica inquestionável da Constituição de 1988 é a sua amplitude temática. Mas, como já foi ressaltado mais de uma vez nos parágrafos anteriores, a tarefa deste livro é explicitar conexões, não manter divisões artificiais. Além dos exemplos nesse sentido já mencionados, talvez a forma como são tratados nesta obra os títulos finais da Constituição seja ainda mais ilustrativa. Esses títulos contêm regras e princípios sobre tributação, orçamento, sobre a ordem econômica e financeira e a ordem social. Dedicar um

capítulo ao sistema tributário, outro ao orçamento, outro à ordem econômica e financeira e um último à ordem social esmaceria as conexões que aqui se pretende ressaltar. Não faz muito sentido ter um capítulo sobre direito tributário em um livro de direito constitucional. Do ponto de vista constitucional, o sistema tributário tem que ser analisado em suas conexões com os direitos de igualdade e de propriedade, e com o federalismo. A ordem social tampouco é um fim em si mesma: ela está intimamente conectada à realização de direitos sociais, da liberdade de imprensa, à proteção do meio ambiente e à garantia dos direitos dos povos indígenas, por exemplo. Por isso, será analisada não em capítulo próprio, mas nos capítulos que se ocupam desses temas.

Enfrentar as numerosas questões mencionadas nesta introdução, e tantas outras mais, demanda muito mais do que apresentar o texto da Constituição e repetir aquilo que outras pessoas e instituições já falaram ou decidiram a respeito. O direito constitucional lida com temas moral e politicamente controversos, como vida, morte, democracia, educação, tecnologia, racismo, gênero, desigualdade, poder, liberdade, religião, saúde, intimidade, corrupção, protesto, segurança, nacionalidade, migração, meio ambiente, entre tantos outros. Um bom debate sobre esses temas, e tantos outros mais, pressupõe a exposição e análise de ideias, informações, dados e contextos que não estão nem no texto constitucional nem em decisões dos tribunais. Este livro pretende não descuidar desses fatores contextuais. Por isso é uma obra sobre o direito constitucional brasileiro. O contexto é o brasileiro, a realidade é a brasileira, os dados – e eles não são poucos – são sobre o Brasil. Se é verdade que o debate constitucional está cada vez mais globalizado e que os contextos político, econômico, social e cultural que permeiam a análise feita neste livro não são alheios ao que ocorre no mundo, ainda assim é possível afirmar que nossa realidade continua sendo só nossa. E nossa constituição, também.

SUMÁRIO DETALHADO

Lista de Tabelas e Figuras.....	11
Lista de Siglas e Abreviaturas	13
Agradecimentos	17
Apresentação.....	21
Introdução.....	25
 PARTE I – CONSTITUIÇÃO	 29
1. O Que é e para que Serve uma Constituição.....	31
1.1 Um Conceito de Constituição	31
1.2 Tipologia Constitucional	35
1.2.1 Codificação	35
1.2.2 Conteúdo e Forma.....	37
1.2.3 Objetivo.....	38
1.2.4 Processo de Elaboração	39
1.2.5 Maleabilidade	40
1.3 Supremacia da Constituição	42
1.4 Direito Constitucional	43
1.5 Sugestões Bibliográficas.....	44
 2. A Criação da Constituição: Poder Constituinte.....	 45
2.1 Poder Constituinte como Poder Ilimitado	46
2.2 Titular do Poder Constituinte	47
2.3 Exercício do Poder Constituinte: Assembleias e Participação Popular	48

2.4	Processo Constituinte e Legitimidade de uma Constituição	49
2.5	Sugestões Bibliográficas.....	51
3.	Normas Constitucionais, Interpretação e Eficácia	53
3.1	Texto, Norma e Interpretação	54
3.2	Interpretação Constitucional	55
3.3	Mutação Constitucional.....	58
3.4	Eficácia das Normas Constitucionais	61
3.5	Sugestões Bibliográficas.....	64
4.	As Constituições Brasileiras	65
4.1	Império: A Constituição de 1824.....	66
4.2	Primeira República: A Constituição de 1891.....	69
4.3	Era Vargas: As Constituições de 1934 e 1937	70
4.4	Uma Democracia Instável: A Constituição de 1946.....	72
4.5	Autoritarismo: As Constituições de 1967 e 1969 e os Atos Institucionais	73
4.6	Sugestões Bibliográficas.....	76
5.	A Constituição de 1988.....	77
5.1	O Processo de Formação da Constituição de 1988	77
5.2	A Legitimidade da Constituição de 1988.....	80
5.3	Estrutura da Constituição de 1988.....	82
5.4	Decisões Fundamentais da Constituição de 1988	84
5.4.1	República	84
5.4.2	Federação.....	85
5.4.3	Estado Democrático de Direito	86
5.4.4	Separação de Poderes.....	88
5.4.5	Presidencialismo.....	89
5.4.6	Constitucionalismo Dirigente	90
5.4.7	Relações Internacionais	91
5.4.8	Direitos Fundamentais.....	92
5.4.9	Secularismo.....	92
5.5	Sugestões Bibliográficas.....	93
5.6	Propostas, Anteprojetos e Projetos de Constituição	95
5.7	Registros Fotográficos da Assembleia Nacional Constituinte	95
5.8	Documentários sobre a Assembleia Nacional Constituinte.....	95
	PARTE II – DIREITOS	97
6.	Direitos Fundamentais	99
6.1	Conceito de Direitos Fundamentais.....	100
6.2	Âmbito de Proteção dos Direitos Fundamentais	102
6.3	Garantia, Proteção e Realização de Direitos	103
6.4	Titulares de Direitos Fundamentais	104

6.4.1	Início e Término da Titularidade de Direitos Fundamentais	105
6.4.2	Estrangeiros Residentes e não Residentes, Brasileiros Natos e Naturalizados	108
6.4.3	Direitos Fundamentais e Pessoas Jurídicas	110
6.5	Renúncia a Direitos Fundamentais	112
6.6	Direitos Fundamentais nas Relações entre Particulares	113
6.7	Restrições a Direitos Fundamentais	116
6.7.1	Direitos Fundamentais, Restrições e Reserva Legal	118
6.7.2	Controle das Restrições: Proporcionalidade	120
6.7.2.1	Estrutura do Teste de Proporcionalidade	120
6.7.2.2	A Proporcionalidade na Jurisprudência do STF	122
6.8	Gerações de Direitos Fundamentais	123
6.9	Deveres Fundamentais: Solidariedade	125
6.10	A Declaração de Direitos da Constituição de 1988	127
6.11	Sugestões Bibliográficas	129
7.	Igualdade	131
7.1	Igualdade Perante a Lei e Igualdade de Oportunidades	132
7.2	Igualdade, Redistribuição e Tributação	134
7.3	Gênero	137
7.4	Raça	138
7.4.1	Ações Afirmativas	139
7.4.2	Racismo e Injúria Racial	141
7.5	Pessoas com Deficiência	143
7.6	Orientação Sexual e Identidade de Gênero	145
7.6.1	União Estável e Casamento de Pessoas do Mesmo Sexo	145
7.6.2	Direitos de Transexuais e Travestis	146
7.6.3	Criminalização da Homofobia e da Transfobia	147
7.7.	Imigrantes	148
7.8	Sugestões Bibliográficas	150
8.	Vida	153
8.1	Proteção da Vida em um País Violento e Desigual	154
8.2	Pena de Morte	155
8.3	Aborto	156
8.4	Pesquisa em Células-Tronco Embrionárias	159
8.5	Eutanásia e Suicídio Assistido	160
8.6	Integridade Física e Psíquica	161
8.7	Sugestões Bibliográficas	162
9.	Liberdades	165
9.1	Liberdade Geral de Ação	166
9.2	Liberdade de Expressão	167
9.2.1	Anonimato	169

9.2.2	Censura	171
9.3	Liberdade de Imprensa	172
9.3.1	Restrição e Censura	172
9.3.2	Restrições Prévias, Restrições Posteriores e Censura	176
9.3.3	Liberdade de Imprensa e Democracia.....	177
9.4	Liberdade de Informação	179
9.4.1	Acesso à Informação	179
9.4.2	Sigilo de Fonte	180
9.5	Liberdade de Reunião.....	181
9.6	Liberdades de Crença, de Consciência e Religiosa	187
9.6.1	Crença, Consciência e Religião	188
9.6.2	Objecção de Consciência	189
9.6.3	Secularismo.....	191
9.7	Liberdade de Locomoção	194
9.8	Liberdade Profissional.....	196
9.9	Liberdade de Associação	198
9.10	Sugestões Bibliográficas.....	201
10.	Privacidade.....	203
10.1	Intimidade, Vida Privada, Honra e Imagem	204
10.2	Proteção de Dados Pessoais	206
10.3	Inviolabilidade do Domicílio	208
10.4	Sigilo de Comunicação.....	210
10.4.1	Objeto da Proteção: O Sigilo das Comunicações.....	211
10.4.2	Interceptação das Comunicações.....	213
10.5	Direitos Sexuais e Reprodutivos	216
10.6	Sugestões Bibliográficas.....	217
11.	Propriedade	219
11.1	Função Social da Propriedade.....	220
11.2	Restrições Constitucionais ao Direito de Propriedade: Interesse Público e Sistema Tributário	220
11.3	Ordem Econômica.....	222
11.3.1	Princípios da Atividade Econômica	222
11.3.2	Política Urbana.....	224
11.3.3	Política Agrária e Reforma Agrária.....	225
11.3.3.1	Conceito de Pequena, Média e Grande Propriedade	227
11.3.3.2	Propriedade Produtiva.....	228
11.3.3.3	Função Social da Propriedade Rural	228
11.3.3.4	Art. 185 e Punição por Descumprimento de Função Social	229
11.4	Sugestões Bibliográficas.....	231

12. Segurança.....	233
12.1 Segurança Contra o Arbítrio	234
12.2 Segurança como Dever de Proteção	235
12.3 Segurança Pública.....	238
12.4 Defesa Nacional.....	239
12.5 Segurança Jurídica	240
12.6 Segurança e Direitos Sociais	242
12.7 Direito à Segurança e Proibição de Insuficiência.....	244
12.8 Sugestões Bibliográficas.....	245
13. Acesso à Justiça e Devido Processo Legal	247
13.1 Visão Geral.....	247
13.2 Acesso à Justiça.....	249
13.3 Devido Processo Legal.....	250
13.4 Garantias Relativas ao Processo Penal e à Prisão.....	251
13.4.1 Presunção de Inocência.....	252
13.4.2 Prisão e Sistema Prisional	254
13.4.3 Prisão Civil	257
13.5 Sugestões Bibliográficas.....	257
14. Direitos Sociais	259
14.1 Terminologia.....	260
14.2 Direitos Sociais e Ordem Social.....	260
14.3 Educação	262
14.4 Saúde	265
14.5 Alimentação	267
14.6 Trabalho	268
14.7 Moradia	269
14.8 Transporte.....	270
14.9 Lazer.....	272
14.10 Segurança.....	274
14.11 Crianças e Adolescentes.....	274
14.12 Previdência Social e Assistência Social	276
14.13 Direitos dos Trabalhadores e Trabalhadoras	277
14.14 Direitos Sociais nos Tribunais	280
14.15 Direitos Sociais e Mínimo Existencial	282
14.16 Sugestões Bibliográficas	283
15. Nacionalidade e Idioma.....	285
15.1 Critérios de Atribuição de Nacionalidade	285
15.2 Nacionalidade Brasileira.....	286
15.3 Múltipla Nacionalidade	287
15.4 Brasileiros Natos e Naturalizados	288

15.5	Brasileiros e Estrangeiros	289
15.6	Perda da Nacionalidade Brasileira	290
15.7	Idioma Oficial	291
15.8	Símbolos Nacionais	293
15.9	Sugestões Bibliográficas.....	294
16.	Direitos Políticos.....	295
16.1	Direito ao Voto.....	296
16.1.1	Voto Obrigatório	296
16.1.2	Urna Eletrônica	297
16.2	Direito a Ser Votado: Elegibilidade e Inelegibilidades.....	298
16.2.1	Reeleição e Desincompatibilização	301
16.2.2	Substituição, Sucessão e Inelegibilidade	301
16.2.3	Parentesco e Inelegibilidade	303
16.2.4	Inelegibilidade e Legislação Complementar.....	304
16.3	Formas de Democracia Direta	305
16.3.1	Plebiscito e Referendo	306
16.3.2	Iniciativa Popular.....	308
16.4	Perda e Suspensão de Direitos Políticos.....	309
16.5	Sugestões Bibliográficas.....	311
17.	Internacionalização dos Direitos Fundamentais.....	313
17.1	Tratados sobre Direitos Humanos	314
17.2	Sistema Interamericano de Direitos Humanos	317
17.2.1	Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica)	317
17.2.2	Comissão Interamericana de Direitos Humanos.....	318
17.2.3	Corte Interamericana de Direitos Humanos	319
17.3	Sugestões Bibliográficas.....	321
18.	Remédios Constitucionais.....	323
18.1	<i>Habeas Corpus</i>	323
18.2	<i>Habeas Data</i>	325
18.3	Mandado de Segurança.....	327
18.4	Ação Popular	329
18.5	Mandado de Injunção	330
18.6	Sugestões Bibliográficas.....	332
19.	Meio Ambiente	333
19.1	Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado	334
19.2	Meio Ambiente e Ordem Econômica	335
19.3	Meio Ambiente, Direito e Ciência.....	337
19.4	Proteção dos Animais	337
19.5	Sugestões Bibliográficas.....	340

20. Povos Indígenas e Quilombolas	341
20.1 Os Indígenas e a Comunhão Nacional	342
20.2 Direito à Terra.....	343
20.3 Capacidade Jurídica.....	345
20.4 Língua	345
20.5 Organização Social e Costumes Indígenas	347
20.6 Quilombolas	347
20.7 Sugestões Bibliográficas.....	349
 PARTE III – PODERES.....	 351
21. Federalismo.....	353
21.1 Forma de Estado: Conceito e Arranjos Possíveis	354
21.2 Por que Federalismo.....	357
21.3 O Território, a Federação e suas Unidades Componentes	358
21.4 Competências	358
21.5 Centralização, Descentralização e Ideais Federalistas Antes de 1889	359
21.6 Repartição de Competências na Constituição de 1988.....	361
21.6.1 Competências Privativas	363
21.6.2 Competências Residuais.....	364
21.6.3 Competências Comuns	365
21.6.4 Competências Concorrentes.....	365
21.7 Competências Legislativas: Dificuldades Interpretativas	366
21.7.1 Incerteza Semântica	367
21.7.2 A Incerteza Formal.....	369
21.8 Competências Político-Administrativas	371
21.9 Os Estados Membros na Federação Brasileira	372
21.9.1 Os Estados no Federalismo Brasileiro e o Dever de Simetria.....	373
21.9.2 Limites Territoriais e Criação de Novos Estados	377
21.10 Os Municípios na Federação Brasileira.....	380
21.10.1 Limites Territoriais e Criação de Novos Municípios.....	381
21.11 Regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas e Microrregiões.....	383
21.12 O Distrito Federal	384
21.13 Territórios Federais	385
21.14 Regiões	386
21.15 Intervenção Federal	388
21.16 O Senado no Federalismo Brasileiro.....	390
21.17 Sugestões Bibliográficas	391
 22. Democracia, Eleições e Partidos Políticos.....	 393
22.1 Sistemas Eleitorais: Definição e Arranjos Possíveis	394
22.1.1 Sistemas Eleitorais Majoritários.....	395
22.1.2 Sistemas Eleitorais Proporcionais.....	397
22.1.3 Sistemas Eleitorais Mistos	397

22.2	Eleições Proporcionais no Brasil	398
22.2.1	Tamanho das Circunscrições e Desequilíbrio Regional.....	398
22.2.2	Lista Partidária e Estrutura do Voto	399
22.2.3	Fórmula Eleitoral.....	400
22.2.4	Definição dos Eleitos: O Voto Pessoal em Ação	404
22.2.4.1	Distorção nos Resultados.....	405
22.2.4.2	Competição Intrapartidária e Custos de Campanha.....	406
22.2.5	Cláusula de Barreira.....	407
22.2.6	Coligações Partidárias	408
22.2.7	Representação Feminina.....	409
22.3	Eleições Majoritárias no Brasil.....	410
22.3.1	Poder Executivo: Presidência, Governo dos Estados, Prefeituras Municipais.....	410
22.3.2	Poder Legislativo: Senado Federal.....	412
22.4	Partidos Políticos.....	413
22.4.1	Criação e Registro de Partidos Políticos	413
22.4.2	Fidelidade Partidária	415
22.4.3	Partidos Políticos, Elegibilidade e Candidaturas Avulsas.....	418
22.4.4	Financiamento Partidário e de Campanhas Eleitorais.....	420
22.5	Sugestões Bibliográficas.....	423
23.	Poder Legislativo	425
23.1	Composição e Estrutura Básica.....	426
23.2	Legislatura, Sessão Legislativa e Período Legislativo	428
23.3	Processo Legislativo.....	430
23.4	Competências do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.....	431
23.5	Imunidades Parlamentares	434
23.5.1	Imunidade Substancial ou Inviolabilidade Parlamentar	434
23.5.2	Imunidade Formal	436
23.5.3	Foro Especial em Razão da Função	438
23.6	Impedimentos e Perda do Mandato.....	439
23.7	Comissões Parlamentares de Inquérito.....	442
23.8	Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária	443
23.9	O Poder Legislativo nos Estados e Municípios.....	444
23.10	Sugestões Bibliográficas	445
24.	Poder Executivo.....	447
24.1	Eleição, Reeleição e Mandato do Presidente da República	448
24.2	Substituição, Sucessão, Impedimento e Vacância	449
24.3	Perda do Cargo	452
24.3.1	Crimes de Responsabilidade e Crime Comum	452
24.3.2	Procedimento	454

24.3.3	Julgamento por Crime de Responsabilidade como Julgamento Político	456
24.3.4	Consequências Jurídicas e Políticas.....	457
24.4	Poderes Legislativos do Presidente da República	459
24.4.1	Iniciativa Legislativa do Presidente	459
24.4.2	Veto Presidencial no Brasil	460
24.5	Poder Regulamentar	461
24.6	Tratados Internacionais	462
24.7	Vice-Presidente	463
24.8	Ministério	464
24.9	Conselho da República e Conselho de Defesa Nacional	466
24.9.1	Conselho da República.....	466
24.9.2	Conselho de Defesa Nacional.....	467
24.10	Advocacia-Geral da União	468
24.11	Administração Federal.....	469
24.12	Agências Reguladoras	469
24.13	Forças Armadas.....	470
24.14	Sugestões Bibliográficas	473
25	Sistema de Governo: O Presidencialismo Brasileiro	475
25.1	Sistemas de Governo: Conceito e Arranjos Possíveis.....	476
25.2	O Sistema Presidencial Brasileiro.....	478
25.2.1	Presidencialismo de Coalizão	479
25.2.2	Propostas de Mudança no Sistema Presidencialista Brasileiro	482
25.2.3	O Presidencialismo de Coalizão em Xequê.....	484
25.3	Sugestões Bibliográficas.....	485
26	Poder Judiciário.....	487
26.1	Estrutura do Poder Judiciário.....	487
26.1.1	Justiças Federal e Estadual.....	489
26.1.2	Justiças Comum e Especializada.....	490
26.1.2.1	Justiça do Trabalho	490
26.1.2.2	Justiça Eleitoral	491
26.1.2.3	Justiça Militar.....	492
26.1.3	Superior Tribunal de Justiça.....	494
26.1.4	Conselho Nacional de Justiça.....	495
26.2	Supremo Tribunal Federal.....	496
26.2.1	Composição, Nomeação, Vitaliciedade.....	497
26.2.2	Órgãos do STF.....	501
26.2.2.1	Plenário.....	501
26.2.2.2	Turmas	502
26.2.2.3	Presidente do STF.....	503
26.2.3	Processo Deliberativo e Decisório no STF	504

26.2.3.1	Relator.....	505
26.2.3.2	Debate Oral e Tomada de Votos	505
26.2.3.3	Pedido de Vista	506
26.2.3.4	Publicidade	506
26.2.4	Competências.....	507
26.2.5	Controle de Constitucionalidade	508
26.2.6	Protagonismo, Independência e Reputação	508
26.2.7	Ativismo Judicial	509
26.3	Sugestões Bibliográficas.....	511
27.	Funções Essenciais à Justiça	513
27.1	Ministério Público.....	514
27.2	Advocacia-Geral da União e Procuradorias dos Estados	516
27.3	Defensoria Pública	517
27.4	Advocacia	518
27.5	Sugestões Bibliográficas.....	519
28.	Processo Legislativo.....	521
28.1	Lei e Processo Legislativo.....	522
28.2	Leis Ordinárias	523
28.2.1	Iniciativa Legislativa	524
28.2.2	Apreciação.....	526
28.2.2.1	Análise nas Comissões	526
28.2.2.2	Emendas	527
28.2.2.3	Discussão e Votação	528
28.2.2.4	Revisão	529
28.2.3	Sanção e Veto Presidenciais.....	530
28.2.4	Promulgação e Publicação.....	531
28.3	Leis Complementares	532
28.4	Medidas Provisórias.....	533
28.5	Leis Delegadas.....	537
28.6	Decretos Legislativos e Resoluções.....	538
28.7	Participação da Sociedade Civil no Processo Legislativo	540
28.8	Sugestões Bibliográficas.....	542
29.	Reforma Constitucional.....	543
29.1	Terminologia: Poder Constituinte Derivado, Reforma, Revisão e Emenda ...	543
29.2	O Processo de Emenda à Constituição	545
29.2.1	Proposta de Emenda Constitucional.....	545
29.2.2	Deliberação e Votação.....	546
29.3	Limites ao Poder de Reforma Constitucional	548
29.3.1	Limites Circunstanciais	549
29.3.2	Limites Temporais	549

29.3.3	Limites Substanciais: As Cláusulas Pétreas	549
29.3.3.1	Voto Direto, Secreto, Universal e Periódico.....	551
29.3.3.2	Forma Federativa de Estado e Separação de Poderes.....	552
29.3.3.3	Direitos e Garantias Individuais	553
29.3.3.4	Cláusulas Pétreas e Democracia Representativa	556
29.4	Emendas Constitucionais como Legislação Autônoma	556
29.5	Quantidade de Emendas	559
29.6	Emendas às Cláusulas Pétreas: A Dupla Revisão	560
29.7	A Revisão Total da Constituição	561
29.8	Sugestões Bibliográficas	563
30.	Controle de Constitucionalidade	565
30.1	Conceito de Inconstitucionalidade.....	566
30.2	Controle de Constitucionalidade: Arranjos Possíveis.....	567
30.3	Momentos e Agentes do Controle de Constitucionalidade das Leis no Brasil	569
30.4	Trajetória do Controle Judicial de Constitucionalidade no Brasil	571
30.5	Controle Difuso, Concreto e Incidental.....	573
30.5.1	Recurso Extraordinário (RE)	574
30.5.2	Repercussão Geral	575
30.5.3	O Papel do Senado Federal no Controle de Constitucionalidade ..	577
30.5.4	Expansão dos Efeitos I: As Súmulas Vinculantes	578
30.5.5	Expansão dos Efeitos II: A Suposta Mutação Constitucional.....	579
30.5.6	Expansão dos Efeitos III: Teses Jurídicas	580
30.6	Controle Concentrado, Abstrato e por Via de Ação.....	581
30.6.1	Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI)	581
30.6.2	Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO)	583
30.6.3	Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC)	585
30.6.4	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) ...	586
30.7	Controle de Constitucionalidade e Intervenção Federal	588
30.8	Efeitos das Decisões no Controle de Constitucionalidade	589
30.8.1	Efeitos Vinculantes e Efeitos <i>Erga Omnes</i>	590
30.8.1.1	Efeitos Vinculantes.....	591
30.8.1.2	Efeitos <i>Erga Omnes</i>	593
30.8.1.3	Reclamação.....	594
30.8.2	Modulação de Efeitos	595
30.8.3	Repristinação	598
30.9	Para Além da Nulidade: Técnicas de Decisão no Controle de Constitucionalidade	598
30.9.1	Nulidade Parcial sem Alteração do Texto	599
30.9.2	Interpretação Conforme a Constituição	599
30.10	Controle de Constitucionalidade de Emendas Constitucionais.....	600
30.11	Controle de Atos <i>Interna Corporis</i> do Poder Legislativo	603

30.12	Participantes do Processo de Controle de Constitucionalidade	604
30.12.1	O Advogado-geral da União e o Procurador-geral da República	604
30.12.2	<i>Amici Curiae</i> e Audiências Públicas	605
30.13	Controle de Constitucionalidade e Constituições Estaduais e Leis Orgânicas Municipais	608
30.13.1	Constituições Estaduais e Lei Orgânica do Distrito Federal	608
30.13.1.1	Controle Difuso, Concreto e Incidental	609
30.13.1.2	Controle Concentrado, Abstrato e Principal	610
30.14	Lei Orgânica de Município	612
30.15	Sugestões Bibliográficas	615
31.	Poderes Emergenciais	617
31.1	Poderes Emergenciais e Estados de Exceção	618
31.2	Estado de Defesa	619
31.3	Estado de Sítio	620
31.4	Controles Político e Judicial dos Poderes Emergenciais	622
31.5	Poderes Emergenciais e Proporcionalidade	623
31.6	Poderes Emergenciais, Situação de Emergência e Estado de Calamidade Pública	625
31.7	Sugestões Bibliográficas	626
PARTE IV – DESAFIOS		627
32.	Desafios	629
32.1	Desigualdade	630
32.2	Corrupção	630
32.3	Novas Tecnologias, Liberdades, Privacidade e Democracia	632
32.4	Proteção do Meio Ambiente	634
32.5	Constitucionalismo Nacional e Corporações Multinacionais	635
32.6	Democracia e Representação Política	635
32.7	Anticonstitucionalismo	636
Artigos Constitucionais Citados		637
Constituição de 1988 e Emendas		637
Constituições Anteriores e Emendas		645
Constituições Estaduais		648
Constituições de Outros Países		648
Decisões Judiciais Citadas		649
Supremo Tribunal Federal		649
Outros Tribunais Brasileiros e CNJ		653
Corte Interamericana de Direitos Humanos		653
Tribunais de Outros Países		653

Legislação Citada	655
Leis Ordinárias	655
Leis Complementares	660
Leis Delegadas	660
Regimentos Internos e Códigos de Ética	661
Decretos-leis	663
Decretos	663
Decretos Legislativos	664
Resoluções	664
Leis e Decretos Estaduais e Distritais	664
Leis Municipais	664
Atos Institucionais	664
Outras Normas Internas	664
Tratados, Convenções e Declarações Internacionais	665
Índice Remissivo	667
Sobre o Autor	707

SOBRE O AUTOR

VIRGÍLIO AFONSO DA SILVA é professor titular de direito constitucional e coordenador do grupo de pesquisas Constituição, Política & Instituições na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. É bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq, nível 1D. Fez seu doutorado na Universidade de Kiel (Alemanha) e foi pesquisador visitante no Instituto Max Planck de Direito Público Comparado e Direito Internacional Público, em Heidelberg, e na Universidade Humboldt de Berlim. Seus trabalhos têm sido publicados em diversos idiomas por editoras de vários países e nas principais revistas acadêmicas do mundo. É autor, entre outros, dos seguintes livros: *Grundrechte und gesetzgeberische Spielräume* (Baden-Baden, Nomos, 2003), *Direitos Fundamentais: Conteúdo Essencial, Restrições e Eficácia* (2. ed., São Paulo, Malheiros, 2017) e *The Constitution of Brazil: A Contextual Analysis* (Oxford, Hart, 2019).

LANÇAMENTO 2019

JÁ DISPONÍVEL

LIVRARIA VIRTUAL

www.edusp.com.br/loja

LIVRARIAS

www.edusp.com.br/livrarias

INFORMAÇÕES

Divulgação Edusp

divulga@usp.br

